

Raízes históricas da crise social no Brasil - O papel do FMI

By [Prof Michel Chossudovsky](#)

Global Research, June 24, 2013

Milhões de pessoas por todo o Brasil aderiram a um dos maiores movimentos de protesto da história do país. Ironicamente, o levantamento social dirige-se contra as políticas económicas de uma auto-proclamada alternativa “socialista” ao neoliberalismo conduzido pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) da presidente Dilma Rousseff.

O “remédio económico forte” do FMI, incluindo medidas de austeridade e a privatização de programas sociais, foi implementado sob a bandeira “progressista” e “populista” do PT, em acordo com elites económicas poderosas do Brasil e em estreita ligação com o Banco Mundial, o FMI e a Wall Street.

Apesar de o governo PT apresentar-se como “uma alternativa” ao neoliberalismo, comprometido com o alívio da pobreza e a redistribuição de riqueza, sua política monetária e fiscal está nas mãos dos seus credores da Wall Street.



Ironicamente, o governo PT de Dilma Rousseff e do seu antecessor Luís Inácio da Silva foi louvado pelo FMI devido a:

“uma notável transformação social no Brasil com base na estabilidade macroeconómica e na ascensão de padrões de vida”.

As realidades sociais subjacentes são outras. As “estatísticas” do Banco Mundial sobre pobreza são grosseiramente manipuladas. Só 11% da população, [segundo o Banco Mundial](#), estão abaixo da linha de pobreza. E 2,2% da população estão a viver em pobreza extrema.

O padrão de vida no Brasil entrou em colapso desde que o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder em 2003. Milhões de pessoas foram marginalizadas e empobrecidas, incluindo uma parte significativa da classe média urbana.

Apesar de o PT apresentar uma imagem “progressista” orientada para o povo, oficialmente oposta à “globalização corporativa”, a agenda macroeconómica foi reforçada. O governo PT sistematicamente manipulou as suas bases, tendo em vista impor o que o “Consenso de Washington” descreve como “uma estrutura política forte”.

Os investimentos estruturais de muitos milhares de milhões de dólares orientados pelo lucro para a Copa Mundial em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, forjados pela corrupção corporativa, contribuíram para um aumento significativo da dívida externa do Brasil, a qual por sua vez reforçou o controle da política económica pelos seus credores da Wall Street.

O movimento de protesto é em grande parte composto por pessoas que votaram pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

O apoio das bases do governo PT foi rompido. A base do Partido dos Trabalhadores voltou-se contra o governo.

História: a traição do Partido dos Trabalhadores



O Partido dos Trabalhadores está no poder há mais de dez anos.

A crise social em curso no Brasil é a consequência da agenda macroeconómica lançada no início do acesso de Luís Ignácio da Silva à presidência, em 2003.

A eleição de Lula em 2003 corporificou a esperança de uma nação inteira. Representou uma votação esmagadora contra a globalização e o modelo neoliberal, o qual por toda a América Latina resultou na pobreza em massa e no desemprego.

A eleição de Lula no fim de 2002 por entendida como um importante ponto de ruptura, um meio de rejeitar a estrutura política do seu antecessor Fernando Henrique Cardoso.

Enquanto era abraçado em coro pelos movimentos progressistas de todo o mundo, a

administração Lula também estava a ser aplaudida pelo principal protagonista do modelo neoliberal. Na palavras do Director Administrativo do FMI, Horst Kohler:

“Sou entusiasta [da administração Lula]; mas é melhor dizer que estou profundamente impressionado pelo presidente Lula ... o FMI ouve o presidente Lula e a equipe económica, esta é a nossa filosofia”.

Não é de admirar que o FMI seja “entusiasta”. As principais instituições da administração económica e financeira foram oferecidas numa bandeja de prata à Wall Street e a Washington.

O FMI e o Banco Mundial têm louvado o governo do Partido dos Trabalhadores pelo seu compromisso com “fortes fundamentos macroeconómicos”. Tanto quanto o FMI está preocupado, o Brasil “está na trilha” em conformidade com as balizas do FMI. O Banco Mundial elogiou tanto os governos Lula como Dilma: “O Brasil está a buscar um programa social arrojado com responsabilidade fiscal”.

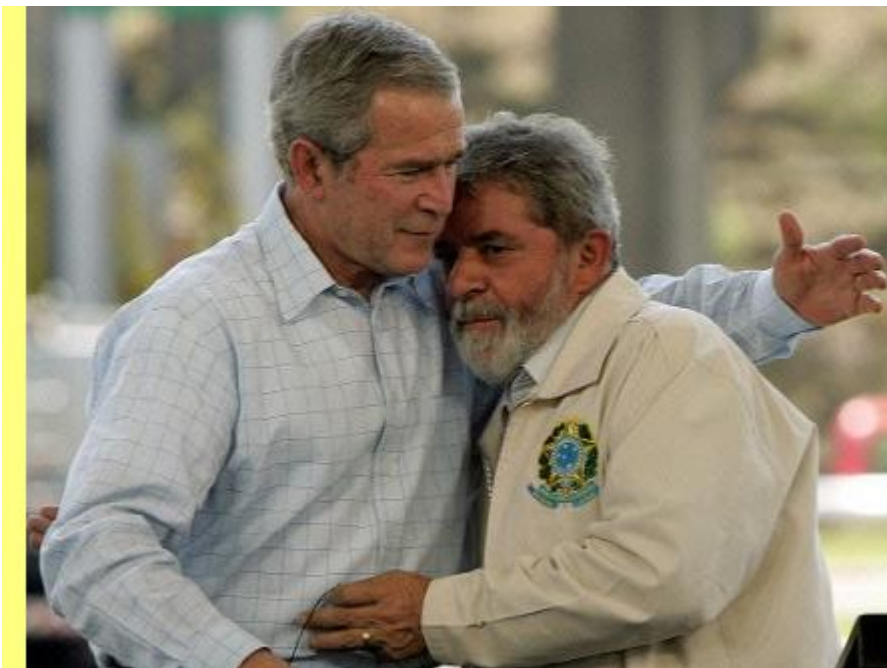
De acordo com o Professor James Petras:

A maior parte dos responsáveis políticos da Wall Street e de Washington, surpreendidos pela selecção de uma equipe económica ortodoxa liberal, ficou perfeitamente extasiada quando ele começou a promover vigorosamente uma agenda neoliberal radical, incluindo privatização da segurança social, rebaixamento substancial de pensões para empregados de sectores públicos e redução do custo e facilitação das exigências para capitalistas despedirem trabalhadores. ([Global Research, 2003](#))

Segundo Marcos Arruda, do PACS, um centro de investigação não governamental no Rio de Janeiro:

“A equipe económica de Lula ao prosseguir políticas impostas pelo FMI está estripando pagamentos sociais não só para os aposentados como também para os deficientes e as famílias mais pobres”. O prosseguimento de políticas económicas ortodoxas também empurrou o desemprego oficial para 12%, ao passo que as taxas de juro internas posicionam-se nos 26,5%, entre as mais altas taxas do mundo. Em São Paulo, a maior cidade do Brasil, o desemprego atingiu os 20%. (Ver [Roger Burbach, Global Research, June 2003](#))

O Brasil sob o governo PT não endossou apenas o neoliberalismo “com um rosto humano”, ele também apoiou a militarização da América Latina e do Caribe conduzida pelos EUA.



Lula estabeleceu um relacionamento pessoal com George W. Bush. Se bem que fosse um crítico firme da guerra iraquiana conduzida pelos EUA e um apoiante de Hugo Chavez, ele tacitamente também apoiava interesses estratégicos dos EUA na América Latina.

No rastro do golpe de Estado no Haiti patrocinado pelos EUA-França-Canadá, em Fevereiro de 2004, contra o governo eleito devidamente de Jean Bertrand Aristide, o presidente Luís Ignacio da Silva endossou a ocupação militar do Haiti e despachou tropas brasileiras para Port au Prince, sob os auspícios da Missão de Estabilização das Nações Unidas (MINUSTAH).

O [artigo publicado por Global Research e resistir.info em Abril de 2003](#), no início do governo PT de Luís Ignacio da Silva, descreve como, desde o início a liderança do Partido dos Trabalhadores traiu toda uma nação.

Não pode resultar qualquer mudança significativa de um debate sobre “uma alternativa ao neoliberalismo”, o qual na superfície parece ser “progressista” mas que tacitamente aceita como legítimo o direito de os “globalizadores” dominarem e pilharem o mundo em desenvolvimento.

O movimento de protesto social que tem varrido o Brasil é o resultado de 10 anos da repressão económica de “livre mercado” sob o disfarce de uma “agenda progressista”.

Michel Chossudovsky 21/Junho/2013

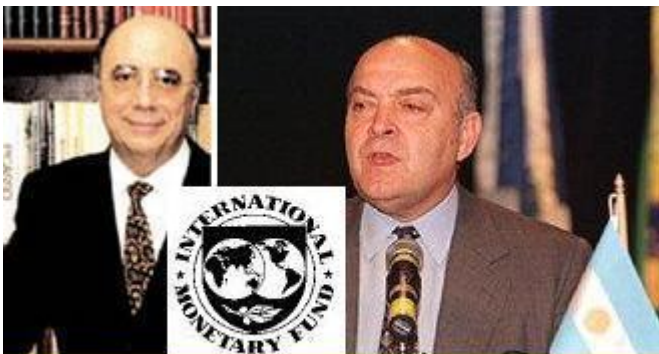
O original em inglês encontra-se em [www.globalresearch.ca/...](http://www.globalresearch.ca/)

Este artigo em português encontra-se em <http://resistir.info/>

Brasil: Neoliberalismo com um “Rosto humano”

por Michel Chossudovsky [*]

Abril de 2003



Tal como foi Cavallo na Argentina, Meirelles no Brasil é hoje o representante dos credores da Wall Street.

A posse de Luís Ignácio da Silva (Lula) como Presidente do Brasil é historicamente significativa porque milhões de brasileiros viram no Partido dos Trabalhadores uma genuína alternativa política e económica à agenda dominante (neoliberal) do “livre mercado”.

A eleição de Lula corporifica a esperança de toda uma nação. Constitui um voto esmagador contra a globalização e o modelo neoliberal, o qual redundou na pobreza em massa e no desemprego em toda a América Latina.

Na reunião de Porto Alegre em fins de Janeiro, por ocasião do Fórum Social Mundial, a postura anti-globalização de Lula foi aplaudida por dezenas de milhares de delegados de todo o mundo. O debate no FSM 2003, verificado menos de dois meses antes da invasão do Iraque, foi efectuado sob a bandeira: “Outro mundo é possível”.

Ironicamente, enquanto aplaudiam a vitória de Lula, ninguém — entre os eminentes críticos do “livre comércio” e da globalização conduzida pelas corporações — que tenha falado no FSM 2003 parecia ter percebido que o governo PT do presidente Luís Ignacio da Silva já havia entregue as rédeas da reforma macro-económica à Wall Street e ao FMI.

Enquanto era abraçada em coro por movimentos progressistas de todo o mundo, a administração de Lula estava a ser aplaudida pelos principais protagonistas do modelo neoliberal. Nas palavras de Heinrich Koeller, Managing Director do FMI:

Sou entusiasta [em relação à administração Lula]; mas é melhor dizer que estou profundamente impressionado pelo presidente Lula, na verdade, e em particular porque penso que ele tem a credibilidade que muitas vezes falta um pouco a outros líderes, e a credibilidade está em que é sério para trabalhar afincadamente a fim de combinar política orientada para o crescimento com equidade social. Isto é a agenda certa, a direcção certa, o objectivo certo para o Brasil e, para além do Brasil, para a América Latina. Assim, ele definiu a direcção certa. Segundo, penso que o governo, sob a liderança do presidente Lula, demonstrou nos seus primeiros 100 dias que também é impressivo e não apenas de intenções aéreas pois elas funcionam ao longo do processo desta enorme agenda de reformas. Entendo que a reforma das pensões e reforma fiscal é prioritária na agenda e isto é correcto. O terceiro elemento é aquilo que o FMI ouve do presidente Lula e da equipe económica, e é a nossa filosofia, naturalmente, para além do Brasil. (IMF Managing Director Heinrich Koeller, Press conference, 10 April 2003, <http://www.imf.org/external/np/tr/2003/tr030410.htm>)

LULA INDICA UM FINANCEIRO DE WALL STREET PARA A DIRECÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Logo no princípio do seu mandato, Lula reassegurou os investidores estrangeiros que “o Brasil não seguirá a vizinha Argentina no default ” (Davos World Economic Forum, January 2003). Mas se esta é a sua intenção, então porque indicou ele para o Banco Central um homem que desempenhou um papel directo (como presidente do Boston Fleet) na ruína argentina e cujo banco estava envolvido em actividades fraudulentas?

Ao indicar Henrique de Campos Meirelles, o presidente e director-executivo do Boston Fleet, como chefe do Banco Central do país, o presidente Luís Ignácio da Silva entregou essencialmente a condução das finanças e da política monetária à Wall Street.

O Boston Fleet é o 7º maior banco nos EUA. Após o Citigroup, o Boston Fleet é a segunda maior instituição credora do Brasil.

O país está numa camisa de força. As posições chave nas finanças e no sistema bancário da administração Lula são detidas por indicados da Wall Street.

O Banco Central está sob o controle do Boston Fleet,

Um antigo executivo senior do Citigroup, sr. Casio Casseb Lima, foi posto como responsável do gigante estatal Banco do Brasil (BB). Cassio Casseb Lima, que trabalhou para as operações do Citigroup no Brasil, foi inicialmente recrutado para o Banco de Boston em 1976 por Henrique Meirelles. Por outras palavras, o cabeça do BB tem ligações pessoais e profissionais com os dois maiores credores comerciais do Brasil: o Citigroup e o Boston Fleet.

A continuidade será mantida. A nova equipe PT no Banco Central é uma cópia a papel químico daquela indicada pelo presidente (cessante) Fernando Henrique Cardoso. O presidente cessante do Banco Central, Armínio Fraga, era um antigo empregado do Quantum Fund (Nova York), de que é proprietário George Soros, o financeiro (e especulador) de Wall Street.

Em estreita ligação com Wall Street e com o FMI, o indicado de Lula para Banco Central do Brasil, Henrique de Campos Meirelles, manteve a orientação política do seu antecessor (que também era um indicado de Wall Street): política monetária dura, medidas generalizadas de austeridade, altas taxas de juro e regime de câmbios externos desregulamentado. Este último encoraja ataques especulativos contra o Real brasileiro e a fuga de capitais, resultando numa dívida externa crescente.

É desnecessário dizer que o programa do FMI no Brasil será dirigido para o desmantelamento final do sistema bancário estatal no qual o novo chefe do Banco do Brasil, um antigo responsável do Citibank, desempenhará sem dúvida um papel crucial.

Não é de admirar que o FMI seja “entusiástico”. As principais instituições da administração económica e financeira estão nas mãos dos países credores. Sob estas condições, o neoliberalismo está “vivo e activo”: uma agenda macro-económica “alternativa”, modelada no espírito de Porto Alegre, é simplesmente impossível.

“COLOCANDO A RAPOSA COMO RESPONSÁVEL PELO AVIÁRIO”

O Boston Fleet era um dos vários bancos e instituições financeiras que especulou contra o Real brasileiro em 1998-99, conduzindo ao espectacular colapso (meltdown) da Bolsa de

Valores de São Paulo na “Quarta-feira Negra” 13 de Janeiro de 1999. Estima-se que o BankBoston, o qual posteriormente fundiu-se com o Fleet, tenha ganho uns 4,5 mil milhões de dólares no Brasil no decorrer do Plano Real, principiando com um investimento inicial de US\$ 100 milhões. (Latin Finance, 6 August 1998).

Por outras palavras, o Boston Fleet é antes a “causa” do que “a solução” para as desgraças financeiras do país. Indicar o antigo presidente executivo do Boston Fleet a chefia do Banco Central do país é o equivalente a “colocar a raposa como responsável pelo aviário”.

A nova equipe económica declarou que se compromete a resolver a crise da dívida do país e conduzir o Brasil rumo à estabilidade financeira. Contudo, as políticas que adoptou provavelmente terão exactamente os efeitos opostos.

REPLICANDO A ARGENTINA

Acontece que o presidente do Banco Central de Lula, Henrique Meirelles, era um firme apoiante do controverso ministro das Finanças da Argentina Domingo Cavallo, que desempenhou um papel chave sob o governo Menem, ao afundar o país numa crise económica e social arraigada.

Segundo Meirelles, numa entrevista de 1998, quando era presidente e director-executivo do Banco de Boston:

O acontecimento mais fundamental [na América Latina] foi o lançamento do plano de estabilização na Argentina [sob Domingo Cavallo]. Foi uma abordagem diferente, no sentido de que não era um controle de preços ou um controle do fluxo de moeda, mas sim um controle da oferta monetária e das finanças governamentais. (Latin Finance, 6 August 1998).

Vale a pena notar que o chamado “controle da oferta monetária”, referido por Meirelles, significa essencialmente o congelamento da oferta de crédito aos negócios locais, levando ao colapso da actividade produtiva.

Os resultados, como evidenciado pela ruína da Argentina, foram uma cadeia de bancarrotas, levando à pobreza em massa e ao desemprego. Sob o choque das políticas do ministro das Finanças Cavallo, ao longo da década de 1990, a maior parte bancos nacionais e provinciais de propriedade do Estado, que forneciam crédito à indústria e à agricultura, foi vendida a bancos estrangeiros. O Citibank e o Fleet Bank of Boston foram os receptadores finais destas malfadadas reformas patrocinadas pelo FMI.

“Outrora, bancos nacionais e provinciais de propriedade do governo apoiavam as dívidas da nação. Mas em meados dos anos 90 o governo de Carlos Menem vendeu-os ao Citibank of New York, ao Fleet Bank of Boston e outros operadores estrangeiros. Charles Calomiris, um antigo assessor do Banco Mundial, descreve estas privatizações bancárias como uma “história realmente maravilhosa”. Maravilhosa para quem? A Argentina sangrou até 750 milhões de dólares por dia em divisas duras” (The Guardian, 12 August 2001)

Domingo Cavallo foi o arquitecto da “dolarização”. Actuando por conta (on behalf) de Wall Street, ele foi o responsável por atar (pegging) o Peso ao dólar americano num sistema de currency board em estilo colonial, o que resultou numa espiral de dívida externa e na

ruptura final de todo o sistema monetário.

O sistema de currency board implementado por Cavallo foi promovido activamente pela Wall Street, com o Citigroup e o Fleet Bank na liderança.

Sob um sistema de currency board , a criação de moeda é controlada pelos credores externos. O Banco Central cessa virtualmente de existir. O governo não pode empreender qualquer forma de investimento interno sem a aprovação dos seus credores externos. A US Federal Reserve toma o controle do processo de criação de moeda. O crédito só pode ser concedido a produtores internos pela elevação da dívida externa (denominada em dólar).

ESTELIONATO FINANCEIRO

Quando a crise da Argentina atingiu o seu clímax em 2001, os maiores bancos credores transferiram milhares de milhões de dólares para fora do país. Uma investigação lançada no princípio de 2003 apontou não só para o alegado envolvimento do antigo ministro argentino das Finanças, Domingo Cavallo, mas também para o de vários bancos estrangeiros incluindo o Citibank e o Boston Fleet do qual Henrique Meirelles era presidente e director-executivo.

“Batalhando para ultrapassar uma crise económica profunda, a Argentina [Janeiro de 2002] apontou para a fuga de capitais e evasão fiscal, com a polícia a investigar escritórios de bancos americanos, britânicos e espanhóis e autoridades a pedirem explicações a um ex-presidente acerca das origens da sua fortuna suíça. Afirmções de que até 26 mil milhões de dólares deixaram ilegalmente o país só no último ano estimularam acções da polícia. À tarde a polícia foi ao Citibank, ao Bank Boston [Fleet] e a uma subsidiária do Santander da Espanha. (...) Os vários processos ligados à transferências ilegais de capitais citam, entre outros, o antigo presidente Fernando de la Rúa, que se demitiu em 20 de Dezembro [2001]; seu ministro Domingo Cavallo; e Roque Maccarone, que abandonou a chefia do banco central...” (AFP, 18 January 2003).

Os mesmos bancos envolvidos no estelionato financeiro argentino, incluindo o Boston Fleet sob o leme de Henrique Meirelles, estavam também envolvidos em sombrias operações semelhantes de transferências de dinheiro em outros países, inclusive a Federação Russa:

“Até 10 bancos americanos podem ter sido utilizados para desviar da Rússia uma quantia de US\$ 15 mil milhões, disseram as fontes, citando investigadores federais. O Fleet Financial Group Inc. e outros bancos estão a ser investigados porque eles têm contas que pertencem ou estão ligadas ao Benex International Co. o qual está no centro de uma alegado esquema de lavagem de dinheiro russo”. (Boston Business Journal, 23 September 1999)

AS REFORMAS FINANCEIRAS DO BRASIL

Tudo indica que a agenda oculta de Wall Street é finalmente replicar o cenário argentino e impor a “dolarização” ao Brasil. A preparação do terreno para este desígnio foi estabelecida sob o Plano Real, no início da presidência de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

Henrique Meirelles, que integrou o PSDB, o partido de FHC, desempenhou um papel chave

nos bastidores quanto à preparação do palco para a adopção de reformas financeiras mais fundamentais:

“No início da década de 1990 eu [Meirelles] era membro da direcção da Câmara Americana de Comércio e estava encarregado de fazer um esforço para começar a pressionar (lobbying) por uma mudança da Constituição brasileira. Ao mesmo tempo, era também presidente da Associação Brasileira de Bancos Internacionais e estava encarregado do esforço de abrir o país aos bancos estrangeiros e abrir o fluxo de moeda. Comecei uma vasta campanha de abordagem de pessoas chaves, incluindo jornalistas, políticos, professores e profissionais da publicidade. Quando principiei, toda a gente me dizia que não havia esperança, que o país nunca abriria os seus mercados, que o país deveria proteger as suas indústrias. Durante um par de anos falei com cerca de 120 pessoas representativas. O sector privado estava ferozmente contra a abertura dos mercados, particularmente os banqueiros. (Latin Finance, op cit)

EMENDANDO A CONSTITUIÇÃO

A questão da reforma constitucional era central para os desígnios financeiros de Wall Street. Isto era exigido para levar até ao fim o processo de desregulamentação económica e financeira.

No início da presidência de Fernando Collor de Melo, em 1990, o FMI havia exigido uma emenda à Constituição de 1988. Havia um alvoroço no Congresso Nacional, com o FMI acusado de “grosseira interferência nos assuntos internos do Estado”.

Vários artigos da Constituição de 1988 entravavam o caminho para atingir os objectivos orçamentais propostos pelo FMI, os quais estavam sob negociação com a administração Collor. Os objectivos do FMI quanto a despesas não podiam ser alcançados sem um maciço despedimento de empregados do sector público, exigindo uma emenda a uma cláusula da Constituição de 1988 que garantia segurança de emprego para servidores civis federais. Também estava em causa a fórmula de financiamento (estabelecida na Constituição) dos programas nível de estados e municípios a partir de fontes do governo federal. Esta fórmula limitava a capacidade do governo federal para cortar despesas sociais e mudar o destino das receitas para o serviço da dívida.

Bloqueada durante a curta vida da administração Collor, a questão da reforma constitucional foi reintroduzida logo após o impedimento do presidente Collor de Mello. Em Junho de 1993 Fernando Henrique Cardoso, que naquele tempo era ministro das Finanças no governo interino do presidente Itamar Franco, anunciou cortes orçamentais de 50 por cento na educação, saúde e desenvolvimento regional enquanto apontava para a necessidade de revisões na Constituição de 1988.

As exigências do FMI respeitantes à reforma constitucional foram posteriormente incorporadas na plataforma presidencial de Fernando Henrique Cardoso. A desregulamentação do sector bancário era uma componente chave do processo de reforma constitucional, à qual naquele tempo opunha-se o Partido dos Trabalhadores tanto na Câmara como no Senado.

Enquanto isso, Henrique Meirelles, que na altura estava à frente das operações do Banco de Boston na América Latina (com um pé no partido de FHC, o PSDB, e o outro em Wall Street), estava a fazer lobby nos bastidores em favor da reforma constitucional.

“Finalmente alcançámos um acordo que se tornou parte da reforma constitucional. Quando se supunha que a Constituição fosse reformada, em 1993, isto não aconteceu. Não houve votos suficientes. Contudo, depois de Fernando Henrique Cardoso ser empossado, ela foi reformada. Aquele acordo particular pelo qual eu trabalhei era um dos primeiros pontos na Constituição, que foi realmente alterada. Eu [Meirelles] estive pessoalmente envolvido numa mudança que, pensei no fim do dia, significava o começo da abertura dos mercados de capitais brasileiros. No Brasil havia restrições ao fluxo de capitais, à aquisição de bancos brasileiros pelo capital estrangeiro e à abertura de sucursais de bancos internacionais de acordo com a Constituição de 1988, tudo isso impedia o desenvolvimento dos mercados de capitais”. (Latin Finance, 6 August 1998).

O PLANO REAL

O Plano Real foi lançado uns poucos meses antes das eleições de Novembro de 1993, enquanto FHC era ministro das Finanças. A ligação fixa (fixed peg) do Real ao dólar americano, sob certos aspectos, emulava o modelo argentino, sem contudo instalar um sistema de currency board .

Sob o Plano Real foi alcançada estabilidade de preços. A estabilidade da divisa era, sob muitos aspectos, fictícia. Era sustentada pelo crescimento da dívida externa.

As reformas conduziram à morte de um grande número de instituições bancárias internas, as quais foram adquiridas por um punhado de bancos estrangeiros sob o programa de privatização lançado sob a presidência FHC (1994-2002).

Um dívida externa galopante precipitou finalmente um crash financeiro em Janeiro de 1999, levando ao colapso do Real (para mais pormenores ver Michel Chossudovsky, The Brazilian Financial Scam, <http://www.globalexchange.org/campaigns/brazil/economy/financialScam.html> , October 1998. Este artigo foi publicado três meses antes do colapso financeiro de Janeiro de 1999. Ver também Michel Chossudovsky, Brazil's IMF Sponsored Economic Disaster, 12. February 1999, <http://www.heise.de/tp/english/special/eco/6373/1.html>)

QUE PERSPECTIVAS SOB A PRESIDÊNCIA LULA?

Enquanto o novo governo PT apresenta-se como “uma alternativa” ao neoliberalismo, comprometido com o alívio da pobreza e a redistribuição da riqueza, sua política monetária e fiscal está nas mãos dos seus credores de Wall Street.

Fome Zero, descrito como um programa “para combater a miséria”, em grande parte conforma-se às orientações do Banco Mundial acerca “redução da pobreza eficaz em termos de custos”. Esta última requer a implementação dos chamados programas “dirigidos” (“targeted”) , ao mesmo tempo que corta drasticamente orçamentos do sector social. As directivas do Banco Mundial em saúde e educação exigem redução de despesas sociais tendo em vista cumprir as obrigações do serviço da dívida.

O FMI e o Banco Mundial têm louvado o presidente Luís Ignacio da Silva pelo seu comprometimento com “fortes fundamentos macro-económicos”. Tanto quanto preocupa o FMI, o Brasil “está na trilha” em conformidade com os seus padrões de medida. O Banco Mundial também tem elogiado o governo Lula. “O Brasil está a prosseguir um amplo programa social com responsabilidade fiscal”.

A LÓGICA CRUEL DO FMI PARA RESGATAR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos do FMI são em grande medida destinados a financiar a fuga do capital. De facto, esta foi a lógica do pacote de empréstimo multibilionário concedido ao Brasil após as eleições de Outubro de 1998 que conduziram à reeleição de FHC para um segundo mandato presidencial: apenas uns poucos meses antes do colapso (meltdown) financeiro de Janeiro de 1999:

As reservas de divisas externas do Brasil caíram de US\$ 78 mil milhões em Julho de 1998 para US\$ 48 mil milhões em Setembro. E agora o FMI ofereceu-se para “emprestar o dinheiro de volta” ao Brasil no contexto de uma operação de resgate “estilo coreano” a qual finalmente exigirá a emissão de grandes quantias de dívida pública nos países do G-7. As autoridades brasileiras têm insistido em que o país “não está em risco” e que aquilo que estão a procurar é “financiamento preventivo” (e não a “salvação de um perigo” — “bail-out”) para guarnecer-se contra os “efeitos contagiantes” da crise asiática. Ironicamente, a quantia considerada pelo FMI (US\$ 30 mil milhões) é exactamente igual ao dinheiro “retirado” (“taken out”) do país (durante um período de 3 meses) sob a forma de fuga de capitais. Mas o banco central não será capaz de utilizar o empréstimo do FMI para tornar a encher as suas reservas de divisas duras. O dinheiro do bail-out (incluindo uma grande parte dos US\$ 18 mil milhões da contribuição americana para o FMI aprovada pelo Congresso em Outubro) está destinado a permitir que o Brasil cumpra as actuais obrigações do serviço da dívida — ou seja, reembolsar os especuladores. O dinheiro do bail-out nunca entrará no Brasil. (Ver Michel Chossudovsky, *The Brazilian Financial Scam*, op cit.)

A mesma lógica fundamenta o empréstimo cautelar de US\$ 31,4 mil milhões concedido pelo FMI em Setembro de 2002, apenas um par de meses antes das eleições presidenciais. (Ver IMF Approves US\$30.4 Billion Stand-By Credit for Brazil at <http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2002/pr0240.htm>) Este empréstimo do FMI constitui “uma rede de segurança social” para especuladores institucionais e investidores de curto prazo (hot money) .

O FMI despeja milhares de milhões de dólares para dentro do Banco Central, as reservas de divisas externas são reabastecidas com dinheiro emprestado. O empréstimo do FMI é garantido sob a condição de que o Banco Central mantenha um mercado de divisas externas desregulamentado a par de taxas de juros internas em níveis muito altos.

Os assim chamados “investidores externos” são capazes de transferir (em dólares) os rendimentos dos seus “investimentos” em dívidas internas a curto prazo (a taxas de juro muito elevadas) para fora do país. Por outras palavras, as reservas de divisas externas emprestadas do FMI são reapropriadas pelos credores externos do Brasil.

Devemos entender a história das sucessivas crises financeiras no Brasil. Com credores de Wall Street como responsáveis, os níveis da dívida externa continuaram a ascender. O FMI tem vindo “resgatar” com novos empréstimos em dólares multibilionários, os quais são sempre condicionados à adopção de medidas de austeridade abrangentes e à privatização de activos do Estado. A principal diferença é que este processo está agora a ser empreendido sob um presidente que apregoa opor-se ao neoliberalismo.

Deve-se notar, contudo, que o novo multibilionário “empréstimo preventivo” do FMI concedido em Setembro de 2002 foi negociado por FHC, uns poucos meses antes das

eleições. O empréstimo do FMI e as condicionalidades ligadas ao mesmo preparam o cenário para uma dívida externa galopante durante o mandato presidencial de Lula. (Ver Brazil — Letter of Intent, Memorandum of Economic Policies, and Technical Memorandum of Understanding, at <http://www.imf.org/external/np/loi/2002/bra/04/index.htm#mep> , Brasília, August 29, 2002.)

DOLARIZAÇÃO

Com o Banco Central e o Ministério das Finanças sob o controle da elite de Wall Street, este processo no fim das contas levará o Brasil a uma outra crise financeira e cambial. Enquanto a lógica subjacente é semelhante, baseada nas mesmas manipulações financeiras tal como em 1998-99, com toda a probabilidade será muito mais sério do que o colapso de Janeiro de 1999.

Por outras palavras, as políticas macro-económicas adoptadas pelo presidente Luís Ignácio da Silva podem bem resultar, no futuro previsível, em default da dívida e na morte da divisa do país, levando o Brasil ladeira abaixo para a “dolarização”. Um sistema de currency board , semelhante àquele da Argentina, poderia ser imposto. O que isto significa é que o dólar americano tornar-se-ia a divisa de substituição (proxy currency) . Isto representa a perda da soberania económica do país. O seu Banco Central está defunto. Tal como no caso da Argentina, a política monetária seria decidida pelo US Federal Reserve System.

Apesar de oficialmente não fazer parte das negociações do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), a adopção do dólar americano como a divisa comum para o Hemisfério Ocidental está a ser discutida por trás de portas fechadas em Wall Street a fim de estender o seu controle por todo o hemisfério, acabando por deslocar ou apoderar-se das instituições bancárias internas remanescentes (inclusive aquelas do Brasil).

A nota verde já foi imposta a cinco países latino-americanos, incluindo Equador, Argentina, Panamá, El Salvador e Guatemala. As consequências económicas e sociais da “dolarização” têm sido devastadoras. Nestes países, Wall Street e o sistema da US Federal Reserve controlam directamente a política monetária.

O governo PT do Brasil deveria retirar as lições da Argentina, onde os remédios económicos do FMI desempenharam um papel chave na precipitação do país numa arraigada crise económica e social.

A menos que a actual direcção da política monetária seja revertida, a tendência no Brasil é rumar para o “cenário da Argentina”, com devastadoras consequências económicas e sociais.

“UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL”?

Que espécie de “Alternativa” é possível quando um governo comprometido a “combater o neoliberalismo” torna-se um firme apoiante do “livre comércio” e dos “remédios económicos fortes”?

Abaixo da superfície e por trás da retórica política do Partido dos Trabalhadores, sob Lula a agenda neoliberal permanece funcionalmente intacta.

Os movimentos de base que conduziram Lula ao poder foram traídos. E os intelectuais brasileiros “progressistas” dentro do círculo próximo de Lula arcam com um pesado fardo

de responsabilidade neste processo. E o que faz esta “acomodação da esquerda” é no fim das contas reforçar o domínio da elite financeira de Wall Street sobre o Estado brasileiro.

“Um outro mundo” não pode ser baseado em slogans políticos vazios. Nem resultará de uma mudança de “paradigmas” que não sejam acompanhados por mudanças reais nas relações de poder dentro da sociedade brasileira, dentro do sistema estatal e dentro da economia nacional.

Mudanças significativas não podem resultar de um debate acerca de “uma alternativa ao neoliberalismo” que acima da superfície parece ser “progressista”, mas que tacitamente aceita o direito legítimo dos “globalizadores” a dominar e pilhar o mundo em desenvolvimento.

The original source of this article is Global Research
Copyright © [Prof Michel Chossudovsky](#), Global Research, 2013

[Comment on Global Research Articles on our Facebook page](#)

[Become a Member of Global Research](#)

Articles by: [Prof Michel Chossudovsky](#)

About the author:

Michel Chossudovsky is an award-winning author, Professor of Economics (emeritus) at the University of Ottawa, Founder and Director of the Centre for Research on Globalization (CRG), Montreal, Editor of Global Research. He has undertaken field research in Latin America, Asia, the Middle East, sub-Saharan Africa and the Pacific and has written extensively on the economies of developing countries with a focus on poverty and social inequality. He has also undertaken research in Health Economics (UN Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), UNFPA, CIDA, WHO, Government of Venezuela, John Hopkins International Journal of Health Services (1979, 1983) He is the author of 13 books including The Globalization of Poverty and The New World Order (2003), America’s “War on Terrorism” (2005), The Globalization of War, America’s Long War against Humanity (2015). He is a contributor to the Encyclopaedia Britannica. His writings have been published in more than twenty languages. In 2014, he was awarded the Gold Medal for Merit of the Republic of Serbia for his writings on NATO’s war of aggression against Yugoslavia. He can be reached at

Disclaimer: The contents of this article are of sole responsibility of the author(s). The Centre for Research on Globalization will not be responsible for any inaccurate or incorrect statement in this article. The Centre of Research on Globalization grants permission to cross-post Global Research articles on community internet sites as long the source and copyright are acknowledged together with a hyperlink to the original Global Research article. For publication of Global Research articles in print or other forms including commercial internet sites, contact: publications@globalresearch.ca

www.globalresearch.ca contains copyrighted material the use of which has not always been specifically authorized by the copyright owner. We are making such material available to our readers under the provisions of "fair use" in an effort to advance a better understanding of political, economic and social issues. The material on this site is distributed without profit to those who have expressed a prior interest in receiving it for research and educational purposes. If you wish to use copyrighted material for purposes other than "fair use" you must request permission from the copyright owner.

For media inquiries: publications@globalresearch.ca